

# O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## THE CURRICULUM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION



### MARGARETE LACERDA COSTA

Graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade UniABC (2005); Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Camilo Castelo Branco (2008); Professora de Ensino Fundamental II e Médio - Biologia - na EMEF Prof. José Francisco Cavalcante, Professor de Educação Básica - Ciências - na EE Prof. Ronaldo Garibaldi Peretti.

### RESUMO

Este artigo tem como propósito examinar a concepção atual do currículo destinado à Educação Infantil, conforme expresso na legislação, em documentos governamentais e nas obras de autores e pesquisadores da área. Para alcançar esse objetivo, conduziu-se uma pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo a análise de leis, documentos e obras relacionadas ao tema. Neste contexto, as expressões "proposta curricular" e "proposta pedagógica" são interpretadas como trajetos a serem percorridos coletivamente. Destaca-se que o desenvolvimento do currículo, concebido por professores e educadores, deve contemplar a criança como um cidadão histórico e detentor de direitos. Através do estudo bibliográfico, apresenta-se uma breve contextualização da história da infância e das leis que regulamentam os direitos das crianças à Educação Infantil, promovendo um ambiente propício para a implementação de um currículo que respeite o indivíduo infantil. Nas conclusões do artigo, os resultados da pesquisa indicam que a concepção atual do currículo, refletida na legislação e particularmente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, supera a abordagem tradicional assistencialista. Em vez disso, propõe uma educação que reconhece a criança como sujeito de direito e produtora de cultura, proporcionando à instituição educacional o espaço para a brincadeira, experimentação, construção de conceitos, sonhos, imaginação e uma vida repleta de aprendizagens significativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo; Educação infantil; Legislação; Proposta curricular; Diretrizes curriculares nacionais.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to examine the current conception of the curriculum for Early Childhood Education, as expressed in legislation, government documents and the works of authors and researchers in the field. In order to achieve this objective, a bibliographical and documentary survey was carried out, covering the analysis of laws, documents and works related to the subject. In this context, the terms "curriculum proposal" and "pedagogical proposal" are interpreted as paths to be taken collectively. It is emphasized that the development of the curriculum, conceived by teachers and educators, must take into account the child as a historical citizen with rights. Through the bibliographic study, a brief contextualization of the history of childhood and the laws that regulate children's rights to Early Childhood Education is presented, promoting an environment conducive to the implementation of a curriculum that respects the individual child. In the article's conclusions, the research results indicate that the current conception of the curriculum, reflected in the legislation and particularly in the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, goes beyond the traditional welfare approach. Instead, it proposes an education that recognizes the child as a subject with rights and a producer of culture, providing the educational institution with space for play, experimentation, the construction of concepts, dreams, imagination and a life full of meaningful learning.

**KEYWORDS:** Curriculum; Early childhood education; Legislation; Curriculum proposal; National curriculum guidelines.

## INTRODUÇÃO

Certamente, a concepção de currículo é complexa, pois envolve uma série de nomenclaturas e significados que foram construídos ao longo da história, especialmente no contexto da Educação Infantil. Como aponta Kramer (1995, p. 12), o currículo é uma palavra polissêmica, carregada de sentidos moldados por diferentes tempos e espaços sociais. Cada ator no processo educativo atribui-lhe significados e compreensões distintas, o que faz com que o currículo seja constantemente reconstruído e reinterpretado. Silva (2013, p. 55) complementa essa ideia ao considerar o currículo como um espaço onde os significados sociais são ativamente produzidos e criados, influenciando a construção das identidades e subjetividades por meio das interações interpessoais.

Dessa forma, ao pensar em um currículo para a Educação Infantil, é crucial analisar como as crianças são percebidas tanto nas instituições educacionais quanto na família e na sociedade em geral. A elaboração desse currículo envolve diversos aspectos importantes, como a formação dos professores e o perfil desses profissionais para atuarem nessa etapa específica da educação, que demanda um cuidado e uma abordagem diferenciada. Além disso, as condições ambientais e

organizacionais das instituições de Educação Infantil desempenham um papel fundamental nesse processo.

Todos esses elementos são essenciais para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica voltada para as crianças pequenas, que se constitui como um espaço relacional entre o currículo oficial e o currículo oculto, este último formado pelas culturas e interações entre os pares. O objetivo deste estudo é explorar alguns conceitos de currículo à luz das teorias existentes, bem como discutir a concepção do currículo na Educação Infantil e na legislação educacional, estabelecendo um diálogo com os teóricos que abordam essa temática. Além disso, pretende-se refletir sobre o papel do professor como mediador na construção do currículo, adotando uma perspectiva emancipatória.

## CONCEITO DE CURRÍCULO

O termo "currículo" emergiu na literatura educacional durante o processo de industrialização nos Estados Unidos, no início do século XX, conforme apontado por Pedra (1997). Esse período de industrialização demandava uma mão de obra alinhada aos princípios do sistema industrial, resultando na transformação do saber artesanal, que antes era produzido em âmbito familiar, para uma abordagem de "poder fazer" industrial. Os conhecimentos técnicos dos operários precisavam se adequar a uma lógica de produção em massa. Assim, o conhecimento foi fragmentado e distribuído entre diferentes setores da indústria, removendo-o do âmbito familiar e transformando-o sob a perspectiva industrial.

Este contexto, como observado por Pedra (1997), marcou o início dos estudos sobre currículo, uma vez que o aprimoramento dos modos de produção industrial influenciou tanto o pensamento quanto a prática curricular. Nessa visão, o currículo não é estático, mas sim uma construção humana moldada pelos tempos e espaços sociais em que é elaborado.

Conforme salienta Moreira (1999), pensar o currículo como uma construção social implica compreender as complexas interações entre currículo, cultura e poder na sociedade capitalista. Pedra (1997) concebe o currículo como um meio de representar e reproduzir a cultura no cotidiano das instituições escolares, sendo que as formas como essas culturas são representadas contribuem para a formação das identidades individuais e coletivas.

Giroux (1997) destaca a importância de desenvolver um currículo que promova o discurso crítico sobre a qualidade e propósito da educação e da vida humana, visando à emancipação social e individual. Sacristán (2000) complementa essa ideia ao afirmar que o currículo é o resultado de uma série de influências convergentes e sucessivas, demandando uma análise dinâmica que leve em conta os múltiplos compromissos envolvidos.

No entanto, para evitar que o currículo se restrinja à reprodução de modelos implícitos, como aponta Sacristán (2000), é necessário um processo ativo de intervenção e deliberação por parte dos diversos agentes educacionais, como professores, alunos, pais e forças sociais e intelectuais envolvidas. Essa abordagem colabora com as discussões sobre a construção do currículo na Educação Infantil, enfatizando a importância da participação de todos os atores envolvidos no

processo educativo.

## **CURRÍCULO E A LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

As transformações ocorridas na educação brasileira ao longo das últimas décadas foram influenciadas por diferentes concepções das teorias do currículo, que moldaram e continuam a moldar as construções das propostas curriculares no Brasil. Essas teorias trouxeram mudanças significativas na maneira de entender o currículo, abrangendo desde as teorias tradicionais até as críticas e pós-críticas.

Segundo Silva (2013), a teoria tradicional encarava o currículo como uma questão técnica e burocrática, centrando-se no aspecto da eficiência e produtividade do ensino. Por outro lado, as teorias críticas e pós-críticas questionavam constantemente o porquê por trás do que era ensinado, preocupando-se com as conexões entre conhecimento, identidade e poder.

Essas discussões em torno do "currículo ideal" influenciam diretamente mudanças na legislação brasileira, especialmente no contexto da Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, por exemplo, reconhece a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança.

No que se refere à organização da educação nacional, a LDB 9394/96 estabelece a necessidade de colaboração entre os estados, o Distrito Federal e os municípios na definição de competências e diretrizes para a Educação Infantil, garantindo a formação básica comum.

Um marco importante nesse contexto foi a criação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998, que serve como parâmetro para as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, considerando a criança como um ser social, histórico e cultural.

Porém, o ponto crucial na evolução da Educação Infantil no Brasil foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estabelecidas pela resolução n. 05/2009. Essas diretrizes orientam as propostas pedagógicas da Educação Infantil, abordando questões como diversidade cultural, religiosa, étnica e racial, além de concepções de criança, currículo e proposta pedagógica.

De acordo com as DCNEI/2009, os currículos devem considerar as particularidades e singularidades das crianças indígenas, afrodescendentes, quilombolas e da educação do campo, além de incorporar princípios éticos, políticos e estéticos que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

Oliveira (2010) destaca como avanços das DCNEI/2009 a ampliação da Educação Infantil para além do ambiente urbano, garantindo uma educação que respeite os saberes das comunidades do campo, indígenas e afrodescendentes, levando em consideração suas identidades culturais, regionais e linguísticas, assim como sua religiosidade.

## CURRÍCULO E IDENTIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Embora as instituições de Educação Infantil já existissem há mais de um século, as últimas duas décadas do Século XX testemunharam um intenso debate e uma série de iniciativas em prol da educação das crianças pequenas no Brasil. O reconhecimento dos direitos sociais das crianças, as discussões sobre a infância, e a mobilização de professores, pesquisadores e movimentos sociais foram alguns dos catalisadores desse processo (Jobim; Souza, 1984; Rosemberg; Campos, 1994; Kramer, 1986; Abramovay; Kramer, 1983; Amorin, 1986; Kramer, 1987; Assis, 1987).

Esse movimento culminou na Constituição de 1988, que reconheceu a Educação Infantil como dever do Estado, e posteriormente, na sua integração à Educação Básica pela LDBEN 9.394/1996. Esses marcos legais representaram uma mudança significativa na compreensão da função social e política da Educação Infantil.

No entanto, o reconhecimento do caráter educativo da Educação Infantil não ocorreu sem controvérsias. Houve debates sobre a diferenciação entre creche e pré-escola, bem como sobre a crescente influência de materiais padronizados nas redes de Educação Infantil (Campos, 2011).

Após a homologação da LDBEN, a Coordenação-Geral de Educação Infantil no Ministério da Educação (COEDI/MEC) iniciou discussões sobre o currículo para a Educação Infantil, publicando uma série de documentos relacionados à qualidade, orientações curriculares e formação de professores (Lopes e Sobral, 2014).

Essas discussões levaram ao debate sobre o que é proposta pedagógica e currículo na Educação Infantil, com diferentes perspectivas sendo apresentadas por pesquisadoras brasileiras em 1995 (Kramer, 2002). Surgiram divergências sobre o uso do termo currículo, levando à preferência por expressões como "projeto educacional-pedagógico" (Brasil, 1996b).

Apesar das ressalvas, o termo currículo passou a ser utilizado nos documentos oficiais, culminando na elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998 (Brasil, 1998). Desde então, houve um aumento na produção de materiais que abordam diretamente questões curriculares para a Educação Infantil.

Questões como a organização do tempo e espaço nas instituições educativas e a definição dos conhecimentos socialmente válidos têm sido objeto de intenso debate. A discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe à tona novas reflexões sobre o currículo para a Educação Infantil, ressaltando sua importância no contexto educacional brasileiro.

Em resumo, o debate sobre o currículo na Educação Infantil tem evoluído ao longo das últimas décadas, refletindo as transformações sociais e políticas do país. Ainda há desafios a serem enfrentados, mas o compromisso com a igualdade e a diversidade continua a orientar essas discussões.

## **CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A construção de uma proposta pedagógica para a Educação Infantil, conforme Oliveira (2011, p. 183), deve estar intrinsecamente ligada à realidade cotidiana da criança e à sua inserção na sociedade mais ampla. Isso implica não apenas compreender as concepções, valores, desejos e necessidades das crianças, mas também reconhecer e envolver os profissionais e as famílias no processo de construção dessa proposta.

Segundo Oliveira (2011), o currículo não pode ser encarado como um plano individual predeterminado, mas sim como um projeto coletivo, dinâmico e adaptado às demandas específicas de cada contexto educacional. Ele é resultado de uma análise da situação, estabelecimento de metas, levantamento de recursos e interação constante com as crianças. É essencial ter sensibilidade e considerar as crianças como indivíduos competentes e detentores de direitos próprios.

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil em 2009 trouxe uma nova perspectiva para a construção do currículo, incorporando aspectos do contexto interno e externo das instituições, bem como as interações mediadas pelas culturas de pares. As crianças constroem conhecimento através das experiências compartilhadas com o grupo.

Barbosa (2009) destaca a importância de articular o currículo com as práticas culturais do grupo social e os contextos sociais e familiares das crianças, garantindo uma compatibilidade de valores e uma compreensão das transformações culturais.

O currículo, conforme Barbosa (2009, p. 52), não deve ser visto como uma prescrição, mas sim como uma ação produzida coletivamente entre professores e crianças. É fundamental promover encontros entre famílias, crianças e docentes, observando suas emoções, desejos e como seus saberes se relacionam com suas culturas e conhecimentos.

Nessa perspectiva, o currículo não é apenas o que está explicitamente planejado nas práticas pedagógicas, mas também reflete o que está implícito, conforme Barbosa (2009, p. 51). O reconhecimento das diferenças culturais e sociais dos envolvidos no processo educativo é essencial para construir uma proposta curricular que atenda às necessidades específicas das crianças, sem discriminação ou preconceito.

## **PROFESSOR MEDIADOR**

A mediação do currículo pelo professor desempenha um papel crucial na orientação das práticas pedagógicas na Educação Infantil, devendo abranger diversas dimensões do processo educativo. Assim, torna-se essencial repensar a maneira como o currículo é articulado nas interações pedagógicas, especialmente na construção realizada pelo professor junto às crianças pequenas, uma vez que essas interações são permeadas pelas subjetividades presentes entre os envolvidos.

Conforme observado por Sacristán (2000), o professor atua como mediador para que os alunos atribuam significados concretos ao currículo e ao conhecimento transmitido, além de influenciar suas

atitudes em relação ao aprendizado. Portanto, um dos desafios dos profissionais da Educação Infantil é compreender como as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 (DCNEI/2009) se relacionam e se entrecruzam nas práticas pedagógicas, mediando entre o currículo explícito e o implícito.

É fundamental que o professor esteja atento à forma como as crianças constroem seus saberes e se inserem nesses espaços, bem como às linguagens que emergem nas interações com as culturas infantis. Para que as crianças compreendam essa construção, o professor precisa criar situações que estimulem seus saberes, colocando a criança no centro do processo de aprendizagem.

É necessário superar a visão centrada na autoria do professor e priorizar a autoria do aluno, promovendo sua participação ativa na construção do conhecimento. Essa postura contribui para o desenvolvimento das crianças, uma vez que é por meio das relações sociais que elas constroem suas identidades.

A construção do currículo deve estar alinhada à ação docente, pois é por meio dessa interação que ocorre a mediação do conhecimento, das percepções e das emoções dos envolvidos no processo educativo. As vozes das crianças devem ser ouvidas e consideradas na elaboração do currículo, como destacado por Silva (2013), pois sua ausência dificulta a efetivação de uma educação emancipatória.

Para que as vozes das crianças sejam ouvidas, é necessário superar alguns desafios na elaboração curricular, conforme apontado por Oliveira (2010), e criar uma proposta pedagógica que leve em consideração a perspectiva da criança, não apenas a do adulto.

Portanto, a construção do currículo na Educação Infantil requer uma mudança de paradigmas nas relações professor-aluno, priorizando a cooperação em detrimento do autoritarismo. Os professores têm o papel de criar um ambiente cooperativo, consultando as crianças e dando-lhes poder para determinar o que ocorre em sala de aula, como proposto por Devries e Zan (2004). Essa abordagem contribui para a construção de um currículo que atenda às necessidades e interesses das crianças, promovendo sua participação ativa no processo de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como propósito analisar a concepção atual do currículo na Educação Infantil, presente na legislação, documentos governamentais e obras de autores e pesquisadores reconhecidos nessa área. Através de estudos bibliográficos, foi notado que a noção de infância se formou historicamente à medida que as sociedades se organizavam, com os espaços destinados às crianças variando entre classes sociais.

Os avanços legais, notadamente a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1999 e a Lei de Diretrizes Bases Curriculares Nacionais de 2009, marcaram um progresso significativo na consolidação dos direitos das crianças. Essas mudanças legislativas refletiram uma nova perspectiva de currículo, reconhecendo a criança como sujeito de direito e produtora de cultura, impactando as instituições de ensino.

A influência dessas mudanças na concepção de Educação Infantil também foi evidente nos estudos de autores como Kramer (2007), Kulmann Jr. (2003), Cruz (2013) e Oliveira (2011), que enfatizam a necessidade de romper com a tradição de confinamento das crianças e favorecer um ambiente que permita a expressão individual.

Os autores defendem que o planejamento do currículo nas creches e pré-escolas deve superar a perspectiva histórica centrada no adulto, favorecendo atividades e espaços que estimulem a expressão e a aprendizagem da criança no contexto social. Isso implica em adotar uma proposta curricular que respeite a infância, promovendo a exploração compartilhada entre crianças e adultos.

A pesquisa bibliográfica ressalta a importância de uma Proposta Pedagógica que incentive atividades diversificadas e explore espaços internos e externos, atendendo às necessidades individuais das crianças. Os educadores de Educação Infantil são incentivados a buscar o desenvolvimento cognitivo, afetivo, linguístico e motor das crianças, fugindo de práticas mecânicas e repetitivas.

Em síntese, o artigo conclui que as instituições de Educação Infantil, com seus profissionais, podem construir uma proposta curricular centrada na criança, promovendo uma abordagem pedagógica diversificada que respeite o ritmo e a singularidade de cada criança no mundo.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil: bases para uma reflexão sobre as orientações curriculares**. MEC/SEB/UFRGS, Brasília, 2009.

DEVRIES, Retha; ZAN, Betty. **O currículo construtivista na educação infantil: práticas e atividades**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 4353.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **O Currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** In: SEMINÁRIO NACIONAL: **Currículo em movimentos: perspectivas atuais**, 1. Anais... Belo Horizonte, nov. 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.